

LEI Nº 0129/2002, de 31 de agosto de 2002.

Da nova redação a Lei que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através do Banco do Brasil S.A., na qualidade de Mandatário, a oferecer garantias e dá outras providências correlatas.

O Prefeito Municipal de Monsenhor Hipólito, Estado do Piauí USANDO das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ saber que a Câmara Municipal de Monsenhor Hipólito aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através do Banco do Brasil S.A., na qualidade de Mandatário, até o valor de R\$ 180.144,00 (Cento e Oitenta Mil Cento e Quarenta e Quatro Reais), observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas do BNDES e as condições específicas aprovadas pelo BNDES para a operação.

Parágrafo Único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, do BNDES.

Art. 2º Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo *pro solvendo*, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b", e parágrafo 3, da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los.

Parágrafo primeiro. Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no *caput* deste artigo fica o Banco do Brasil S.A. autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados a conta e ordem do BNDES, nos montantes necessários a amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

Parágrafo segundo. Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no *caput* fica o poder executivo autorizado a ceder ou vincular, mediante previa aceitação do BNDES, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.

SANCIONADA  
Nesta data, 02/09/02  
Prefeito Municipal  
Registra-se e cumpre-se em 02/09/02  
Prefeito Municipal

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º O Orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da contrapartida financeira do Município no Projeto e das despesas relativas a amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monsenhor Hipólito ( PI ) em 31 de agosto de 2002

**A ORDEM DO DIA DA SESSÃO DE HOJE**

Levado a sessão nesta data, Câmara Munici-

Sala das sessões da Câmara Municipal

pipal Monsenhor Hipólito em 31/08/02

de Monsenhor Hipólito, 31/08/02

Renata de Sousa Carmo  
Auxiliar da Câmara

Edilberto de Souza Beura  
Secretário da Câmara

Aprovado em primeira discussão

por unânime

Sala das sessões, em 31/08/02

Edilberto de Souza Beura  
Secretário da Câmara

Aprovado em segunda discussão

por unânime

Sala das sessões, em 31/08/02

Edilberto de Souza Beura  
Secretário da Câmara

**A SANÇÃO**

Sala das sessões, em 31/08/02

Francisco Expedito de Sousa  
v. Presidente da Câmara

**SANCIONADA**

Nesta data, 03/09/2002

[Assinatura]  
Prefeito Municipal

Promulgada nesta data. Publique-se

Registre-se e cumpra-se. Sala das sessões

em 03/09/2002

[Assinatura]  
Prefeito Municipal